



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALUMÍNIO
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

040. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE HISTÓRIA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto “Mãos à obra” para responder às questões de números **01** a **06**.

Não é uma boa ideia aposentar a tradicional escrita à mão, com lápis e caderno, como ferramenta didática.

Estudos recentes mostram que tanto crianças que estão sendo alfabetizadas quanto adultos podem ter vantagens no aprendizado quando colocam as palavras no papel, à maneira antiga.

No caso dos pequenos, traçar as letras com lápis e caneta parece ser uma ginástica mental mais poderosa do que simplesmente procurá-las num teclado, além de potencializar o aprendizado do vocabulário e ser mais útil contra problemas como a dislexia. Para os jovens, anotações feitas em cadernos têm mais potencial para ajudá-los a fixar o conteúdo da aula.

Num estudo publicado na revista científica “Trends in Neuroscience and Education”, pesquisadoras observaram o que acontece no cérebro de crianças com idades entre quatro e cinco anos que estavam começando a ler.

Meninos e meninas foram divididos em três grupos. O primeiro era ensinado a traçar letras de forma manualmente; o segundo cobria uma linha pontilhada; o terceiro tinha de identificar a letra num teclado de computador.

Depois as crianças foram colocadas em aparelhos de ressonância magnética e reviam, lá dentro, as letras que tinham praticado.

As imagens de ressonância deram às cientistas uma ideia sobre o grau de ativação de cada região do cérebro das crianças. Tanto a diversidade de áreas cerebrais ativadas quanto a intensidade dessa ativação foram mais acentuadas nos pequenos que tinham sido treinados a escrever as letras “do zero”.

Para os autores, os achados apoiam a hipótese de que a escrita tradicional ajudaria o desenvolvimento mental infantil, em especial na capacidade de abstração.

O resultado desse processo pode ser percebido em alunos de universidades. Um artigo na revista “Psychological Science” mostrou que aqueles que anotavam o conteúdo de palestras à mão retiveram mais da aula do que os que usaram notebooks.

Ao anotar à mão, o aluno precisa reorganizar os dados da aula com sua própria lógica, o que o ajuda a entender melhor o que o professor está explicando.

“A grande vantagem na alfabetização é que, para as crianças, o ato de escrever está muito associado ao ato de desenhar, o que incentiva os alunos a manipular o lápis e a caneta”, diz Eloiza Centeno, coordenadora pedagógica de educação infantil.

“Mais tarde, a gente nota uma facilidade maior com o teclado quando a questão é ter fluência e velocidade para escrever”, conta. “Não acho que seja o caso de usar aqueles exercícios antigos de caligrafia, mas dá para trabalhar a fluência e a legibilidade na escrita à mão, até mesmo por ser uma habilidade ainda indispensável no vestibular.”

(Reinaldo José Lopes. *Folha de S.Paulo*, 08.07.2014. Adaptado)

01. De acordo com o texto, as pesquisadoras cujo estudo foi publicado na revista científica “Trends in Neuroscience and Education”

- (A) separaram os meninos e as meninas que participaram da experiência em grupos classificados por idade e sexo.
- (B) selecionaram crianças, na faixa etária entre quatro e cinco anos, que ainda não haviam tido contato com a leitura.
- (C) verificaram que o grupo cuja tarefa era reconhecer letras em um teclado apresentou menor capacidade de abstração em relação aos demais.
- (D) constataram que a interferência da escrita à mão no desenvolvimento mental de uma criança restringe-se à fase inicial do aprendizado da escrita.
- (E) utilizaram ressonância magnética para identificar o grupo que atingiu maior grau de ativação das regiões do cérebro.

02. É correto afirmar que o texto

- (A) relata, em linguagem informal, o cotidiano escolar de algumas crianças que utilizam constantemente a escrita à mão.
- (B) narra, em linguagem formal, o trabalho de neurologistas que descobriram a região do cérebro responsável pela aquisição da escrita.
- (C) esclarece, servindo-se de informações acadêmicas, que a escrita à mão contribui para os alunos fixarem os temas estudados em aula.
- (D) enfatiza, por meio de comprovações científicas, que computadores e notebooks são essenciais para o desempenho escolar de jovens e adultos.
- (E) confirma, pelas opiniões antagônicas expostas pelos especialistas, que a escrita tradicional deve ser prestigiada, pois é uma excelente ginástica mental.

03. Considere o trecho em destaque na frase do último parágrafo.

“Não acho que seja o caso de usar aqueles exercícios antigos de caligrafia, **mas dá para trabalhar a fluência e a legibilidade na escrita à mão, até mesmo por ser uma habilidade ainda indispensável no vestibular.**”

A reescrita do trecho em destaque mantém o sentido original do texto e está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa em:

- (A) ... pois dá para trabalhar o empenho e a legibilidade na escrita à mão, mesmo que seja uma habilidade ainda costumeira no vestibular.
- (B) ... à medida que dá para trabalhar o esforço e a legibilidade na escrita à mão, embora seja uma habilidade ainda obrigatória no vestibular.
- (C) ... ou dá para trabalhar a prontidão e a legibilidade na escrita à mão, sobretudo uma vez que é uma habilidade ainda estabelecida no vestibular.
- (D) ... no entanto dá para trabalhar a naturalidade e a legibilidade na escrita à mão, inclusive porque é uma habilidade ainda imprescindível no vestibular.
- (E) ... entretanto dá para trabalhar a facilidade e a legibilidade na escrita à mão, caso seja uma habilidade ainda valorizada no vestibular.

04. Leia as frases elaboradas a partir do texto.

As pesquisadoras haviam recomendado **às crianças do primeiro grupo** que traçassem letras de fôrma manualmente.

Todas as crianças foram colocadas em um aparelho de ressonância magnética onde novamente reviram **as letras que haviam praticado**.

Assinale a alternativa em que os pronomes substituem corretamente os trechos destacados e estão adequadamente colocados nas frases.

- (A) lhes haviam recomendado / as reviram
- (B) lhes haviam recomendado / reviram-nas
- (C) os haviam recomendado / as reviram
- (D) haviam recomendado-lhes / reviram-nas
- (E) haviam recomendado-lhes / as reviram

05. Estudos recentes, _____, mostram as vantagens tanto para crianças quanto para adultos de se usar a escrita à maneira antiga.

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, a lacuna da frase deve ser preenchida por:

- (A) no quais o texto descreve
- (B) para os quais o texto discorre
- (C) com que o texto conceitua
- (D) de que o texto aponta
- (E) a que o texto alude

06. Observe a frase reescrita a partir de trecho do nono parágrafo na qual o verbo **anotar** foi empregado no futuro do subjuntivo.

Se os alunos anotarem o conteúdo das palestras à mão, poderão reter com mais facilidade os assuntos vistos em aula.

O futuro do subjuntivo também está corretamente empregado na forma verbal destacada na alternativa:

- (A) Se o atleta se **indispuser** com os outros colegas da equipe, o time poderá perder um jogo decisivo.
- (B) Se o curador **vir** ao museu, mostre-lhe as alterações realizadas na sala principal.
- (C) Se todos os equipamentos **cabere**m no caminhão, faremos uma única viagem.
- (D) Quando o coordenador da prova **ver** que os pilotos estão prontos, dará a autorização para a largada.
- (E) Quando os imigrantes **trazerem** os documentos exigidos, receberão o visto de permanência.

Leia o texto e responda às questões de números 07 e 08.

Registrar o cotidiano, fatos e realizações, sempre _____ parte de nosso instinto. Os primeiros humanos usavam instrumentos _____, secos ou umedecidos em extratos de plantas ou sangue de animais, para pintar geralmente em pedras.

Quanto ao lápis, o modelo mais primitivo vem do século XVI e era constituído de duas pequenas tábuas coladas, que _____ um bastão de grafite no meio. Mas, em 1795, o francês Nicholas Jacques Conté inventou um método para produzir barras de grafite que podiam ter a intensidade de traço e cor _____ pela quantidade de argila usada na composição.

(Maria Carolina Cristianini. *Aventuras na História*, março de 2008. Adaptado)

07. Segundo a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas por:

- (A) fez ... pontiagudo ... levava ... regulado
- (B) fez ... pontiagudos ... levavam ... regulada
- (C) fizeram ... pontiagudo ... levavam ... regulada
- (D) fizeram ... pontiagudos ... levava ... regulada
- (E) fizeram ... pontiagudos ... levavam ... regulado

08. Assinale a alternativa que completa corretamente a seguinte frase: *A definição da cor e do traço está associada*

- (A) à emprego diferenciado de medidas de argila.
- (B) à toda uma preparação adequada da grafite.
- (C) à separar a mistura em doses apropriadas.
- (D) à dosagem da quantidade de argila.
- (E) à uma utilização precisa das substâncias.

Para responder às questões de números **09** e **10**, leia a tirinha em que aparecem as personagens Honi e seu namorado Lute.



(Hagar, Dick Browne. Folha de S.Paulo, 23.04.2007)

09. Pelo diálogo entre as personagens, pode-se afirmar corretamente que

- (A) Honi não aceita os argumentos de Lute, pois está convencida de que ele usa um pretexto para adiar a data do casamento.
- (B) Lute é visivelmente um artista bem-sucedido, por isso não compreende as inquietações de sua namorada quanto ao futuro do casal.
- (C) Honi quer empregar seu tempo para ter filhos e cuidar da casa, portanto não gostaria de trabalhar em período integral.
- (D) Lute fica perplexo com as insinuações de Honi, pois ela sempre o incentivou a seguir carreira como cantor popular.
- (E) Honi está ciente de que a carreira de músico nem sempre é financeiramente promissora, por isso receia ter de trabalhar muito quando se casar.

10. Assinale a alternativa que contém a afirmação correta a respeito das expressões empregadas pelas personagens.

- (A) “Depois que” apresenta ideia de concessão e pode ser corretamente substituída por “assim que”.
- (B) “Como” exprime ideia de causa e pode ser corretamente substituída por “tal qual”.
- (C) “Sim” apresenta ideia de afirmação e pode ser substituída por “certamente”.
- (D) “Só” enfatiza ideia de comparação e pode ser corretamente substituída por “apenas”.
- (E) “Toda” exprime ideia de oposição e pode ser corretamente substituída por “inteira”.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO

11. Os papéis sociais têm seu fundamento no conjunto de hábitos ou crenças de uma sociedade. No cotidiano, percebe-se que os conceitos de ética e de moral se confundem ou se identificam. A ética se apresenta como uma reflexão crítica sobre a moralidade, sobre a dimensão moral do comportamento humano. Acerca da ética, é correto afirmar que

- (A) indica o comportamento que deve ser considerado bom e mau.
- (B) é um conjunto de normas e prescrições para explicar a moral efetiva.
- (C) procura o fundamento do valor que norteia o comportamento.
- (D) é normativa e prescritiva para fundamentar a moral.
- (E) utiliza os mesmos critérios para conduzir a ação e os juízos sobre ela.

12. A avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. A avaliação investigativa inicial deve instrumentalizar o professor para que possa por em prática

- (A) o seu planejamento de forma adequada às características de seus alunos.
- (B) um longo período de diagnóstico separado do processo de aprendizagem.
- (C) a classificação dos alunos para melhor atendê-los.
- (D) o material necessário para a separação dos alunos em níveis de aprendizagem.
- (E) aquilo que é determinado pelo diretor da instituição escolar.

13. A organização e gestão da escola corresponde à necessidade de a instituição escolar dispor das condições e dos meios para a realização de seus objetivos específicos. Assim, para que as características mais gerais da instituição se efetivem, devem ser postas em ação as funções específicas

- (A) do diretor enquanto controlador de todos os processos na escola.
- (B) do professor enquanto executor do que foi planejado.
- (C) da coordenação pedagógica para controlar a aprendizagem dos alunos.
- (D) de avaliação como forma de antever o futuro.
- (E) de planejar, organizar, dirigir e avaliar.

14. A escola toma para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade. Para tanto, é necessário que garanta um conjunto de práticas planejadas com o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem dos conteúdos de maneira crítica e construtiva. A escola, por ser uma instituição social, com propósito explicitamente educativo, tem o compromisso de intervir efetivamente para
- (A) garantir que o educando dê continuidade aos seus estudos na educação superior.
 - (B) promover o desenvolvimento e a socialização de seus alunos.
 - (C) formar um profissional de sucesso para o mercado de trabalho.
 - (D) garantir que todos os estudantes aprendam os mesmos conteúdos.
 - (E) ampliar o relacionamento dos alunos por meio das redes sociais.
15. É necessário que o professor tenha o domínio de conhecimentos, habilidades e capacidades mais amplas para que os alunos possam interpretar suas experiências de vida e defender seus interesses de classe, não basta apenas ter como conteúdo escolar as questões sociais. Tais afirmações se referem à pedagogia
- (A) libertadora.
 - (B) renovada.
 - (C) tradicional.
 - (D) crítico-social dos conteúdos.
 - (E) tecnicista.
16. O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola. A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela
- (A) relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade.
 - (B) autonomia total da escola para elaborar seu projeto político-pedagógico.
 - (C) elaboração por parte de um especialista em assuntos educacionais.
 - (D) construção de uma base nacional, na qual estão previstas as diretrizes gerais.
 - (E) organização dos materiais produzidos pelos alunos ao longo do ano.
17. Quando se refere ao currículo, é comum pensá-lo como o conjunto de disciplinas, os resultados de aprendizagem pretendidos, as experiências que devem ser proporcionadas aos estudantes, etc. Acerca das manifestações em relação ao currículo, pode-se falar no currículo formal, no currículo real e no currículo oculto. O currículo oculto é aquele que
- (A) é estabelecido pelos sistemas de ensino, expresso em diretrizes curriculares, nos objetivos e nos conteúdos das áreas ou disciplinas de estudo.
 - (B) acontece de fato na sala de aula, em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino.
 - (C) se refere às influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores e são provenientes da experiência cultural e dos valores.
 - (D) decorre das ideias e da prática dos professores, da percepção e do uso que eles fazem do currículo formal, é o que fica na percepção dos alunos.
 - (E) decorre do cotidiano escolar, das vivências dos professores e dos alunos e é prescrito no planejamento de ensino.
18. O objeto de conhecimento é sempre complexo, por essa razão o processo cognitivo não acontece por justaposição e sim por reorganização do conhecimento. Nesse sentido, é correto afirmar que o conhecimento é
- (A) neutro.
 - (B) político.
 - (C) isento de equívoco.
 - (D) entendido como algo acabado.
 - (E) sinônimo de verdade.
19. Transversalidade e interdisciplinaridade se fundamentam na crítica de uma concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, sujeitos a um ato de conhecer isento e distanciado. Ambas apontam a complexidade do real e a necessidade de se considerar a teia de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos. Entretanto, ao se afirmar que se refere a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, o que está sendo tratada é a
- (A) transversalidade.
 - (B) independência.
 - (C) aprendizagem.
 - (D) transdisciplinaridade.
 - (E) interdisciplinaridade.

20. Ao se referir à educação inclusiva, é comum a utilização dos termos integração e inclusão escolar com o mesmo significado. Entretanto, esses termos expressam situações de inserção diferentes, pois se fundamentam em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes. A respeito da inclusão escolar, é correto afirmar que ela leva em consideração
- (A) a preparação de alunos para serem colocados nas escolas regulares.
 - (B) que o aluno deve mudar para se adaptar às exigências da escola.
 - (C) que os serviços educacionais sejam segregados na escola.
 - (D) a pluralidade das culturas, a complexidade das redes de interação humanas.
 - (E) que a escola deve fazer uma adaptação no currículo e usar objetivos educacionais reduzidos.
21. Na sociedade democrática, o processo educacional não pode ser instrumento para a imposição, por parte do governo, de um projeto de sociedade e de nação. Dessa forma, a educação escolar deve constituir-se em uma prática que tenha a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação na sociedade. Assim, a prática escolar deve
- (A) desenvolver-se com os alunos agrupados em sala de aula e separados por idade.
 - (B) constituir-se uma ação intencional, sistemática, planejada e continuada.
 - (C) concretizar-se a partir de conteúdos estabelecidos pelos órgãos superiores.
 - (D) desenvolver-se nas escolas, em ambientes razoavelmente organizados.
 - (E) desenvolver-se considerando a sala de aula como agrupamentos homogêneos.
22. O plano de ensino ou projeto de ensino-aprendizagem diz respeito ao plano didático, razão pela qual está atrelado a uma concepção de educação, de conhecimento e de currículo. Assim, na gestão do plano de ensino, o professor precisa ter clareza da relação existente entre ensino e aprendizagem. Nesse sentido, pode-se afirmar que
- (A) o ensino e a aprendizagem são processos idênticos.
 - (B) um processo de ensino implica como decorrência a aprendizagem.
 - (C) o processo de ensino tem que se adequar ao de aprendizagem.
 - (D) o processo de ensino-aprendizagem é único.
 - (E) o conhecimento é concebido como uma cópia do real e incorporado diretamente pelo sujeito.
23. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90, determina que em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local. Estabelece ainda que ao Conselho Tutelar compete
- (A) promover e acompanhar as ações de alimentos e os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar.
 - (B) aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente.
 - (C) autorizar a participação de criança e adolescente em espetáculos públicos e seus ensaios, bem como em certames de beleza.
 - (D) atender as crianças e adolescentes quando seus direitos forem ameaçados ou violados por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.
 - (E) formular políticas públicas para atender as crianças e adolescentes do município.

- 24.** As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 04/10, estabelecem que a organização do percurso formativo, aberto e contextualizado, deve ser construída em função das peculiaridades do meio e das características, interesses e necessidades dos estudantes. Nesse sentido, refere-se aos eixos temáticos como uma forma de organizar o trabalho pedagógico, de modo a
- (A) considerar a organização curricular compartimentalizada em conteúdos rígidos distribuídos em disciplinas.
 - (B) conceber como um conjunto de ações didático-pedagógicas, com foco na aprendizagem e no gosto de aprender.
 - (C) constituir-se em um instrumento padrão e uniforme de orientação para o desenvolvimento da prática escolar.
 - (D) compor um referencial curricular mínimo do que será avaliado informando as competências e habilidades esperadas dos alunos.
 - (E) limitar a dispersão do conhecimento, fornecendo o cenário no qual se constroem objetos de estudo.
- 25.** A legislação educacional brasileira estabelece que, por educação especial, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais. Nesse sentido, o Decreto nº 7.611/11 afirma que a educação especial deve ser oferecida atendendo a algumas diretrizes. Dentre elas está a
- (A) garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.
 - (B) de que a oferta de educação especial deve acontecer em escolas especiais, organizadas para receber pessoas com deficiência.
 - (C) exigência de abranger apenas a educação infantil, atendendo crianças de zero a seis anos.
 - (D) determinação de que os serviços educacionais comuns prestados às pessoas com deficiência sejam substituídos pelo atendimento especial.
 - (E) consideração de que os alunos portadores de deficiência são iguais aos demais da classe e, assim, deve-se usar os mesmos instrumentos de avaliação para todos.
- 26.** A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece em seu artigo 206 que o ensino será ministrado com base em alguns princípios. Dentre eles está a
- (A) gratuidade nas escolas de educação básica.
 - (B) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
 - (C) liberdade para que o aluno possa faltar às aulas segundo suas conveniências.
 - (D) garantia de material escolar e uniforme aos alunos da educação básica.
 - (E) garantia de eleições para o cargo de diretor de escola.
- 27.** A Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases para a educação no Brasil, define em seu artigo 21 que a educação compõe-se dos seguintes níveis:
- (A) educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
 - (B) educação básica, graduação e pós-graduação.
 - (C) ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.
 - (D) educação básica e educação superior.
 - (E) 1º grau, 2º grau e ensino superior.
- 28.** Os pais de um aluno procuram por uma escola para matricular seu filho no 7º ano do ensino fundamental, mas não possuem nenhum documento que comprove sua escolaridade anterior. Segundo a Lei Federal nº 9.394/96, a escola
- (A) poderá reclassificar o aluno tendo como base as normas curriculares gerais.
 - (B) deverá aguardar o aluno providenciar a documentação necessária para efetivar sua matrícula.
 - (C) deverá encaminhar o aluno ao Conselho Tutelar para que ele regularize sua vida escolar.
 - (D) poderá fazer a matrícula do aluno, desde que ele se comprometa a providenciar a documentação necessária.
 - (E) poderá matricular o aluno apenas no 6º ano, quando se inicia um novo ciclo no ensino fundamental.

29. A Lei Municipal nº 711, de 13 de dezembro de 2002, ao instituir o plano de carreira e empregos do magistério público, define em seu artigo 2º que integram a Carreira do Magistério Público de Alumínio os profissionais

- (A) trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, bem como com títulos de mestrado ou doutorado na área de educação.
- (B) habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio.
- (C) de ensino, os que exerçam atividades de docência nas Unidades Escolares Municipais de Ensino e os que oferecem apoio pedagógico direto às atividades de Ensino.
- (D) trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.
- (E) da educação que atuam dentro do ambiente da educação escolar, independentemente de sua formação ou função.

30. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos determinam que o ensino fundamental deve comprometer-se com uma educação com qualidade social, igualmente entendida como direito humano. Estabelece ainda que a educação de qualidade, como um direito fundamental é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa. Acerca da equidade estabelecida nas Diretrizes, é correto afirmar que se refere

- (A) à possibilidade de atender as necessidades e as características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses.
- (B) à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal.
- (C) ao referencial curricular mínimo do que será avaliado em cada disciplina e/ou etapa.
- (D) aos procedimentos, estratégias de ensino ou orientações metodológicas, determinando o conteúdo para o desenvolvimento do trabalho do professor em sala de aula.
- (E) à importância de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter desenvolvimento e aprendizagens equiparáveis.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. (...) ao falarmos de Europa Medieval tratamos quase sempre de França, Inglaterra, Alemanha e Itália. Outra seria a Europa do Leste Europeu, a Europa Nórdica e, segundo nos interessaria mais saber, a Europa Ibérica. Descolonizar o ensino de História significa, portanto, reconhecer identidades em geral deixadas por nós em segundo plano.

(José Rivair Macedo, Repensando a Idade Média no ensino de História, In Leandro Karnal (org.), *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*)

A partir do excerto, assim como do debate trazido pelo autor no referido artigo, é correto afirmar que

- (A) se deve reconhecer a importância do estudo dos aspectos históricos da Península Ibérica durante a Idade Média porque contribui para uma compreensão mais ampla das tradições culturais ibero-americanas e da constituição de identidades coletivas no Brasil e na América Latina.
- (B) entre os povos ibéricos ocorreu o domínio das organizações feudais mais ortodoxas e complexas, com as quais as relações servis de produção separaram radicalmente senhores feudais e servos da gleba, condição que se reproduziu na América, como no caso das capitanias hereditárias.
- (C) a ocorrência do feudalismo na região ibérica merece uma atenção especial de quem pretender estudar as origens de Portugal e a colonização do Brasil, porque o formato de tal feudalismo esteve associado a uma economia de mercado, representada pela liberdade do comércio colonial.
- (D) o estudo da Idade Média não deve ser priorizado na formação dos estudantes brasileiros, porque essa etapa da História da humanidade tem poucos vínculos com o Mundo Moderno e, conseqüentemente, com a formação das estruturas coloniais do Brasil.
- (E) durante toda a Idade Média europeia, principalmente nas regiões centrais do continente, verificou-se a ausência de circulação monetária, condição diversa da Península Ibérica, onde as atividades comerciais e manufatureiras nunca cessaram, mesmo durante a crise do século XIV.

32. Não se aprende História apenas no espaço escolar. As crianças e jovens têm acesso a inúmeras informações, imagens e explicações no convívio social e familiar, nos festejos de caráter local, regional, nacional e mundial. São atentos às transformações e aos ciclos da natureza, envolvem-se com os ritmos acelerados da vida urbana, da televisão e dos vídeos, são seduzidos pelos apelos de consumo da sociedade contemporânea e preenchem a imaginação com ícones recriados a partir de fontes e épocas diversas.

É preciso diferenciar, entretanto, o saber que os alunos adquirem de modo informal daquele que aprendem na escola (...) o que se chama de saber histórico escolar.

(Parâmetros Curriculares Nacionais – História)

Segundo os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, é correto considerar o saber histórico escolar

- (A) os conteúdos oficiais apresentados periodicamente pelo Ministério da Educação, validados pelas principais universidades do país, e devidamente adaptados às específicas realidades estaduais e municipais por meio das suas respectivas secretarias de educação.
- (B) as leituras historiográficas consolidadas como as mais tradicionais e oficiais, reconhecidas pela comunidade acadêmica e que traçam um diálogo profundo entre as esferas política, econômica, social e cultural, articulando os espaços locais até a dimensão mundial.
- (C) a relação de temáticas históricas escolhidas periodicamente pelas secretarias estaduais de educação que, por sua vez, a partir de uma consulta representativa entre os docentes da rede pública de ensino, anunciam o programa curricular de cada série da Educação Básica.
- (D) o produzido especificamente com a finalidade de oferecer repertório para os materiais didáticos e que tenha como origem pesquisas acadêmicas concretizadas em espaços universitários reconhecidos pelas associações de historiadores, assim como pelas instituições públicas ligadas ao ensino de Educação.
- (E) o originário do diálogo entre muitos interlocutores e muitas fontes, permanentemente reconstruído a partir de objetivos sociais, didáticos e pedagógicos e dele fazem parte, por exemplo, o conhecimento fruto das pesquisas dos historiadores, educadores e especialistas das Ciências Humanas.

33. É consensual a impossibilidade de estudar a História de todos os tempos e sociedades.

Torna-se necessário fazer seleções baseadas em determinados critérios para estabelecer os conteúdos a serem ensinados. A seleção de conteúdos na história do ensino da área tem sido variada, sendo feita geralmente segundo uma tradição já consolidada mas permanentemente rearticulada de acordo com temas relevantes a cada momento histórico.

(Parâmetros Curriculares Nacionais – História)

Para os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, os conteúdos selecionados devem permitir, entre outros objetivos,

- (A) a rigorosa apresentação dos principais conceitos historiográficos, especialmente aqueles relacionados ao imaginário político.
- (B) a sensibilização e fundamentação de que os problemas atuais e cotidianos não podem ser explicados unicamente a partir de acontecimentos restritos ao presente.
- (C) a ênfase dos conhecimentos históricos na esfera do econômico, destacando todas as etapas do desenvolvimento tecnológico humano.
- (D) o reconhecimento da importância central da História Mundial em detrimento das leituras que tratam das Histórias Nacional e Regional.
- (E) a revitalização da memória dos mais representativos líderes cívicos nacionais, regionais e locais.

34. (...) consiste em atribuir a determinadas sociedades do passado nossos próprios sentimentos ou razões, e assim interpretar suas ações; ou aplicar critérios e conceitos que foram elaborados para uma determinada época, em circunstâncias específicas, para outras épocas com características diferentes.

(Holien Gonçalves Bezerra, Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos In Leandro Karnal (org), *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*)

O excerto conceitua

- (A) ideologia.
- (B) dialogismo.
- (C) utopia.
- (D) anacronismo.
- (E) etnocentrismo.

35. A exigência maior reside no cuidado para com as três etapas fundamentais que integram esse método de investigação: preparação prévia, atividades de campo e retorno do trabalho em sala de aula. Esse método de investigação cria determinadas estratégias que devem ser seguidas e realizadas em conjunto com os professores envolvidos, os alunos e a comunidade escolar e familiar. Os procedimentos metodológicos são, portanto, tarefas comuns que obedecem a determinadas etapas.

(Circe Maria Fernandes Bittencourt, *Ensino de História: fundamentos e métodos*. Adaptado)

O excerto refere-se

- (A) à História Integrada.
- (B) aos Conceitos Estruturantes.
- (C) ao Estudo do Meio.
- (D) à História de Vida.
- (E) à Análise de Fonte Virtuais.

36. A memória (...) não pode ser confundida com história, como advertem vários historiadores. As memórias precisam ser evocadas e recuperadas (...). As dos velhos e de pessoas que ainda estão no setor produtivo ou as de homens e de mulheres nem sempre coincidem, mesmo quando se referem ao mesmo acontecimento. Mas nenhuma memória, individual ou coletiva, constitui a história.

(Circe Maria Fernandes Bittencourt, *Ensino de História: fundamentos e métodos*)

Dessa forma, é correto afirmar que a História

- (A) preocupa-se com os eventos humanos mais importantes e diretamente relacionados com a construção de uma identidade nacional.
- (B) trabalha com a acumulação da memória e confronta as memórias individuais e sociais com outros documentos.
- (C) prescinde das informações presentes nas memórias dos diversos sujeitos históricos, porque elas são subjetivas e parciais.
- (D) como um conhecimento efetivamente científico não pode se basear no relato de experiências individuais.
- (E) apresenta o passado como ele verdadeiramente ocorreu, diferente da memória, que está associada à ficção.

37. A música está presente em nosso cotidiano. É veículo de representação dos sentimentos das pessoas.

(Kátia Abud, André Chaves de Melo Silva e Ronaldo Cardoso Alves, *Ensino de História*)

No ensino de História, é correto afirmar que, segundo a obra citada, a linguagem musical

- (A) pode ser utilizada de várias maneiras e que a análise da letra de uma canção permite, entre outras possibilidades, a construção do conhecimento histórico com a identificação da mentalidade de um determinado contexto.
- (B) pode ser uma fonte documental importante para o trabalho escolar, mas compete ao professor resumir essa metodologia à análise da letra de uma canção, porque análise musical necessita de um profissional específico.
- (C) raramente pode ser utilizada e, quando for o caso, com critérios rigorosos, porque há muitas canções disponíveis em arquivos, mas pouco se sabe sobre a forma como essas obras foram recepcionadas pelo público.
- (D) estimula a criatividade do aluno e o motiva a conhecer outras épocas, mas não traz elementos informativos que o permita fazer uma reflexão histórica consistente, porque a canção tem pouca relação com a realidade.
- (E) deve ser pensada como uma metodologia específica para alguns temas e épocas e cabe ao professor o cuidado especial com a escolha de canções representativas do repertório popular e de origem nacional.

38. No ensino de História, podemos utilizar, basicamente, dois tipos de filme: documentários e ficção histórica, os quais se comprometem em diferentes níveis de reconstituição ou com compreensão dos fatos históricos, sem, entretanto, ameaçar o estatuto ou a importância da pesquisa histórica.

(Kátia Abud, André Chaves de Melo Silva e Ronaldo Cardoso Alves, *Ensino de História*)

No trabalho escolar com filme em História, é fundamental que os alunos

- (A) compreendam que um bom filme histórico substitui os demais recursos pedagógicos porque é capaz de oferecer todas as informações sobre uma época.
- (B) reconheçam que a boa qualidade de um filme histórico encontra-se na sua capacidade em reproduzir os eventos como efetivamente ocorreram.
- (C) tratem esse recurso como lazer, pois a aprendizagem só é possível com o uso do texto didático e documentos de época.
- (D) sejam alertados de que uma obra fílmica não representa a verdade absoluta dos fatos, construindo-se, dessa forma, uma representação do passado.
- (E) percebam que os filmes que tratam diretamente da História não oferecem informações consistentes sobre os eventos históricos.

39. Os documentos tornam-se importantes como um investimento ao mesmo tempo afetivo e intelectual no processo de aprendizagem, mas seu uso será equivocado caso se pretenda que o aluno se transforme em um “pequeno historiador”, uma vez que, para os historiadores, os documentos têm outra finalidade, que não pode ser confundida com a situação de ensino de História. Para eles, os documentos são fonte principal de seu ofício, a matéria-prima por intermédio da qual escrevem a história.

(Circe Maria Fernandes Bittencourt,
Ensino de História: fundamentos e métodos)

Para a autora citada, em sala de aula, o documento deve ser utilizado

- (A) para que o aluno reconheça no documento escrito as únicas fontes confiáveis do conhecimento histórico.
- (B) para reforçar uma ideia expressa em sala de aula ou no texto didático, assim como pode servir como fonte de informação.
- (C) poucas vezes no processo de aprendizagem, cabendo-lhe a função acessória de motivar o aluno para conhecer o processo histórico.
- (D) em todas as etapas do trabalho escolar, porque os fatos históricos tratados precisam das respectivas comprovações documentais.
- (E) com a intenção de oferecer subsídios para o aluno, possibilitando que faça descobertas historiográficas.

40. A história da economia agroexportadora cafeeira e da industrialização passou a constituir temática privilegiada para explicar a história do Brasil a partir de 1850, mas o que acabou sendo entendido como história nacional é efetivamente a história de São Paulo e do domínio econômico de sua burguesia.

(Circe Maria Fernandes Bittencourt,
Ensino de história: fundamentos e métodos)

A partir do trecho citado, é correto afirmar que

- (A) o estudo da história regional é suficiente para a compreensão da história nacional.
- (B) a história regional tem por hábito excluir e discriminar as regiões mais pobres do país.
- (C) a história nacional só pode ser escrita a partir da somatória de histórias regionais.
- (D) a história da nação deve ser entendida a partir do desenvolvimento do polo dinâmico nacional.
- (E) a história nacional tem sido apreendida pelo olhar da região mais hegemônica.

41. Em praticamente cada município e estado brasileiros pode ser encontrado certo número de textos memorialísticos ou corográficos, escritos geralmente nos séculos XIX e XX. O professor pode selecionar esses textos e submetê-los aos estudantes, chamando a atenção para as fontes empregadas na sua elaboração.

(Marcos Lobato Martins, *História Regional*, In Carla Bassanezi Pinsky (org.), *Novos temas nas aulas de história*. Adaptado)

Acerca dos textos memorialísticos e das corografias, é correto afirmar que

- (A) os seus autores fiavam-se apenas nas informações orais obtidas de testemunhas de episódios do passado ou originárias da tradição coletiva e dos grupos familiares, o que conferia veracidade a essas que foram as primeiras produções historiográficas regionais.
- (B) são fontes imprescindíveis na sala de aula, pois articulam de forma interessante a história e a geografia das diferentes regiões, relacionando as características do relevo, do clima e da vegetação às atividades econômicas e aos processos de ocupação do território.
- (C) costumam conter um viés laudatório em suas narrativas, em uma prática de exaltação dos feitos das elites regionais e locais, o que exige um trabalho em sala de aula com os seus vieses, limitações e ocultamentos na compreensão do passado da região.
- (D) devem ser considerados pontos de partida primordiais para o estudo da história nacional, na medida em que promovem uma associação entre os fenômenos locais, regionais e seu aspecto nacional, propiciando a reflexão sobre as dimensões micro e macroespaciais.
- (E) têm por hábito compreender a região de forma dinâmica, em movimento, em que há circulação de pessoas, ideias, interesses, poderes e mercadorias, ainda que as suas fronteiras e a sua identidade regional tenham como marca principal a perenidade e a permanência.

42. Não se trata de extinguir ou criar novas disciplinas, mas de mudar a abordagem sobre as disciplinas atuais. Estas deixarão de buscar objetivos em si mesmas, como tradicionalmente é feito, para se mostrarem como meios necessários para a realização dos objetivos expressos nos PCNs. A construção e valorização da cidadania, por exemplo, expressa nos objetivos da educação brasileira, não pode ser contemplada como algo abstrato ou distante, nem tampouco abordada por uma única disciplina, mas é uma proposta que supera a particularidade de cada uma das áreas do conhecimento.

(José Alves de Freitas Neto, *A renovação no ensino de História*, In Leandro Karnal(org.), *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. Adaptado)

O trecho citado trata da questão do ensino de História

- (A) e a transversalidade.
- (B) por eixos temáticos.
- (C) e a história integrada.
- (D) por meio de narrativas.
- (E) e os conteúdos procedimentais.

43. Objetos são portadores de informações sobre costumes, técnicas, condições econômicas, ritos e crenças de nossos antepassados. Essas informações ou mensagens são obtidas mediante uma “leitura” dos objetos, transformando-os em “documentos”. A questão essencial é: como transformar os objetos em fonte de conhecimento histórico?

(Circe Maria Fernandes Bittencourt,
Ensino de História: fundamentos e métodos)

O trecho aborda a investigação

- (A) de livros em bibliotecas.
- (B) de fotografias em fototecas.
- (C) de filmes em cinematecas.
- (D) de documentos textuais em arquivos.
- (E) da cultura material em museus.

44. Abordar conteúdos que trazem para a sala de aula a história da África e do Brasil africano é fazer cumprir nossos grandes objetivos como educadores: levar à reflexão sobre a discriminação racial, valorizar a diversidade étnica, gerar debate, estimular valores e comportamentos de respeito, solidariedade e tolerância. E é também a oportunidade de levantar a bandeira de combate ao racismo e às discriminações que atingem em particular a população negra, afro-brasileira ou afrodescendente.

(Marina de Mello e Souza, *África e Brasil africano*)

Entre as marcas da discriminação racial na história do Brasil, é correto identificar

- (A) a segregação total entre brancos e negros, o que levou à recriação da mestiçagem e a uma situação social em que o mestiço era tão excluído quanto o negro.
- (B) a censura imposta aos artistas negros e mulatos nos programas da Rádio Nacional, restringindo a circulação da música afro-brasileira no contexto da Era Vargas.
- (C) a criminalização prevista na legislação penal, até a Constituição de 1946, de práticas culturais afro-brasileiras tais como a capoeira, o samba e o candomblé.
- (D) a ideia de que a mestiçagem produziria filhos de pele mais clara, cabelo mais liso, lábios e nariz mais finos, com a intenção de apagar os traços africanos da população.
- (E) a ausência do negro e da cultura afro-brasileira na educação básica até que os PCNs da década de 1990 impusessem a obrigação legal de abordagem dos temas.

45. Mas afinal quem são os *griots*? São trovadores, menestres, contadores de histórias e animadores públicos para os quais a disciplina da verdade perde rigidez, sendo-lhe facultada uma linguagem mais livre. Ainda assim, sobressai o compromisso com a verdade sem o qual perderiam a capacidade de atuar para manter a harmonia e a coesão grupais, com base em uma função genealógica de fixar as mitologias familiares no âmbito de sociedades tradicionais.

(Leila Leite Hernandez, *A África na sala de aula*)

Em relação ao estudo de História da África, os *griots* são

- (A) as únicas fontes possíveis para o conhecimento da história pré-colonial do continente, limitando bastante o saber sobre o assunto.
- (B) fontes pouco confiáveis para a história, devendo ser encarados como literatura, por suas características mitológica e ficcional.
- (C) importantes fontes da tradição oral, aliados às fontes escritas e à arqueologia, para o conhecimento do passado africano.
- (D) incomuns, na medida em que estiveram associados apenas às sociedades em que se desenvolveu uma cultura letrada.
- (E) referências distantes no tempo, na medida em que a sua função social desapareceu no século XIX.

46. O sionismo, ou, nesse sentido, qualquer nacionalismo moderno, não poderia ser concebido como retorno a um passado perdido, porque o tipo de Estados-nações territoriais, dotados do tipo de organização que ele visava, simplesmente não existiu até o século XIX. Teve de ser inovação revolucionária que se fantasiava de restauração. De fato, teve de inventar a história da qual dizia resgatar a fruição.

(Eric Hobsbawm, *Sobre História*)

De acordo com o autor, é parte da atividade profissional dos historiadores

- (A) desvendar o passado nacional a ser restaurado.
- (B) reforçar o vínculo entre as nações e o seu passado.
- (C) contribuir para a invenção das histórias nacionais.
- (D) reconstruir o passado longínquo dos Estados-nações.
- (E) desconstruir as mitologias nacionais.

47. O grande Theodor Mommsen escrevia sobre o Império Romano como um liberal alemão da safra de 48 refletia também sobre o novo Império alemão. Por trás de Júlio César, discernimos a sombra de Bismarck. O mesmo ainda é mais claramente verdadeiro em relação a Ronald Syme. Através de seu César está a sombra dos ditadores fascistas.

(Eric Hobsbawm, *Sobre História*)

Em relação ao ofício do historiador, o trecho suscita a problemática

- (A) de que a história como ciência deveria se ater exclusivamente ao passado.
 - (B) de que toda história é, em alguma medida, história contemporânea.
 - (C) de que a história é a ciência dos grandes homens e dos grandes feitos.
 - (D) do engajamento, que compromete a produção historiográfica por falta de isenção.
 - (E) do presentismo, de ver o passado com os olhos do presente.
48. Até o século III, os camponeses da Gália e da Espanha falaram suas próprias línguas célticas, impermeáveis à cultura da classe governante clássica. Com a cristianização do Império, os bispos e o clero das províncias ocidentais, assumindo a conversão da massa da população rural, latinizaram permanentemente sua fala durante os séculos IV e V.
- (Perry Anderson, *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. Adaptado)
- A partir do trecho citado, é correto afirmar que
- (A) as línguas romanas foram um dos elos sociais mais essenciais de continuidade entre a Antiguidade e a Idade Média.
 - (B) o cristianismo desempenhou um papel minoritário na transição dinâmica entre o mundo clássico antigo e o mundo medieval.
 - (C) as influências céltica e germânica foram mais marcantes do ponto de vista cultural do que a influência romana na formação do universo medieval.
 - (D) a cultura clássica não foi assimilada pela população pobre romana, mantendo-se exclusiva à elite política e intelectual do Império.
 - (E) a função da Igreja na transição ao feudalismo pode ser encontrada primordialmente nos aspectos econômicos e nas relações sociais.

49. A região jamais perdeu a vida urbana municipal que tivera no Império Romano. As cidades maiores logo agiram como centros de negócios para o tráfico comercial, florescendo como portos e entrepostos bem mais adiantados que quaisquer outras cidades na Europa. A Igreja herdou muito da posição social e política da velha aristocracia senatorial; os bispos eram os típicos governantes administrativos das cidades até o século XI.

(Perry Anderson, *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. Adaptado)

O trecho trata do território que, na atualidade, corresponde aproximadamente

- (A) à Inglaterra.
 - (B) à Itália.
 - (C) à França.
 - (D) à Alemanha.
 - (E) a Portugal.
50. Muito pouco se sabe acerca do ocorrido nos bastidores da diplomacia europeia capaz de informar propósitos e resultados das negociações que culminaram em um dos períodos mais violentos da época contemporânea. O que parece consensual, no entanto, foram os quatro principais motivos que levaram à realização da Conferência de Berlim (1884-1885).
- (Leila Leite Hernandez, *A África na sala de aula*. Adaptado)
- Entre os principais motivos, é correto identificar o projeto colonial
- (A) francês de controle do Cabo da Boa Esperança e da atual África do Sul.
 - (B) alemão de construção da ferrovia Berlim-Bagdá.
 - (C) espanhol de conquista de territórios na região do Congo e na bacia do Níger.
 - (D) português de ligação entre as costas oeste e leste, do Atlântico ao Índico.
 - (E) inglês de domínio do Saara ocidental, na ligação entre o Mediterrâneo e a África central.
51. Em torno dos calundus, grupos de africanos e afro-descendentes se reuniam para reverenciar espíritos capazes de proteger, de curar e de orientar os que a ele recorriam. Os calunduzeiros e calunduzeiras mais famosos eram procurados até por brancos, senhores de escravos e mesmo padres, que tendo esgotado os outros recursos a que estavam mais acostumados, como missas, rezas, chás, sangrias e emplastros de ervas, buscavam nas religiões africanas soluções para os males que os afligiam.
- (Marina de Mello e Souza, *África e Brasil africano*. Adaptado)
- A partir dos séculos XIX e XX, o papel dos calundus foi ocupado
- (A) pelas mães e pais-de-santo dos candomblés e umbandas.
 - (B) pelos sambistas do samba de roda do Recôncavo baiano.
 - (C) pelos mestres das rodas de capoeira.
 - (D) pelos reis e rainhas dos cortejos de Maracatu.
 - (E) pelo capitão que comanda o espetáculo do bumba-meu-boi.

52. Além do óbvio apelo à tradição cristã do povo, que facilitava a transmissão da imagem de um Cristo cívico, poder-se-ia perguntar por outras razões do êxito de Tiradentes como herói republicano. Pois não foi sem resistência que ele atingiu tal posição. Tiradentes tinha competidores históricos ao título de herói do novo regime, além dos rivais do dia 15 de novembro. Para mencionar os mais óbvios, havia no sul os líderes da república farroupilha. No norte, a figura respeitável de frei Caneca.

(José Murilo de Carvalho, *A formação das almas*)

Um dos elementos mais importantes na preferência por Tiradentes foi o fato de

- (A) ter se levantado na conjuração mineira contra a monarquia portuguesa, à época comandada pela Rainha Maria I de Portugal, o que o tornava um símbolo importante de oposição entre a República e o Império, comandado até o golpe de 1889 pelo bisneto da rainha.
- (B) expressar os valores sociais e políticos da elite de grandes proprietários que comandou o processo de instauração da 1ª República, pois a origem socioeconômica de Tiradentes coincidia com o lugar social dos primeiros presidentes eleitos, o que esvaziava a perspectiva jacobina que lutava por uma república democrática.
- (C) não ter passado à ação concreta na conjuração mineira, o que fez com que não tivesse derramado sangue ou exercido a violência revolucionária, transformando-o em mártir e vítima de um ideal, símbolo da unidade dos cidadãos na medida em que não dividia as pessoas, as classes sociais e o país.
- (D) ter defendido, no contexto da conjuração mineira, a causa abolicionista, propondo o fim do tráfico negreiro e a libertação dos negros escravizados, o que coincidia com o momento social vivido pelo Brasil no início da República, pouco tempo depois da assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel.
- (E) representar politicamente um movimento crucial para a emancipação política do Brasil em relação a Portugal, na medida em que foram os desdobramentos mais imediatos das conjurações mineira e baiana que precipitaram os acontecimentos que levaram à declaração de independência.

53. Chamada de “Constituição Cidadã”, a nova Carta Magna representa uma referência legal indubitável para a luta em torno da afirmação histórica dos direitos humanos em nosso país, muito em função de ter trazido consigo os princípios mais progressistas das tradições políticas liberal-democráticas e social-democráticas (participação e combate às desigualdades sociais e regionais).

(Marco Mondaini, Direitos Humanos,
In Carla Bassanezi Pinsky, *Novos temas nas aulas de história*)

Entre as marcas da tradição política liberal-democrática na Constituição de 1988, é correto identificar

- (A) o fim da tutela do Estado sobre os sindicatos e o direito à livre organização dos trabalhadores.
- (B) a definição do Parlamentarismo como forma de governo, tese depois rejeitada em plebiscito de 1992.
- (C) a perspectiva de estabelecimento de uma ordem política bipartidária com o objetivo de reduzir o número de siglas.
- (D) o pluralismo político, a separação dos poderes do Estado e a representação eleitoral.
- (E) a transformação do país em um Estado laico, o projeto de descriminalização do aborto e a oficialização de cotas étnico-raciais.

54. Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante.

(Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. Adaptado)

De acordo com o autor, a origem histórica da cordialidade está no meio

- (A) urbano, relacionado às cidades da mineração.
- (B) rural e patriarcal, relacionado ao latifúndio escravista.
- (C) comercial, relacionado às grandes navegações.
- (D) aristocrático, relacionado à nobreza metropolitana portuguesa.
- (E) real, relacionado ao poder da Coroa portuguesa.

55. A exploração econômica das terras americanas deveria parecer, no século XVI, uma empresa completamente inviável. Por essa época nenhum produto agrícola era objeto de comércio em grande escala na Europa. O principal produto da terra – o trigo – dispunha de abundantes fontes de abastecimento dentro do continente. Os fretes eram de tal forma elevados – em razão da insegurança no transporte a grandes distâncias – que somente os produtos manufaturados e as chamadas especiarias do Oriente podiam comportá-los. Demais, era fácil imaginar os enormes custos que não teria de enfrentar uma empresa agrícola nas distantes terras da América. É fato universalmente conhecido que aos portugueses coube a primazia nesse empreendimento. Se seus esforços não tivessem sido coroados de êxito, a defesa das terras no Brasil ter-se-ia transformado em ônus demasiado grande e (...) dificilmente Portugal teria perdurado como grande potência colonial na América.

(Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*)

A opção de empresa agrícola recaiu sobre a produção açucareira. É correto afirmar que o êxito desse empreendimento esteve relacionado com

- (A) a abundância de mão de obra em Portugal, a existência de grandes fortunas bancárias portuguesas e a aliança do Estado português com as ordens religiosas, especialmente os jesuítas, para montar os engenhos.
- (B) o sucesso comercial da União Ibérica, a capacidade dos senhores de engenho em obter mão de obra livre europeia e a conquista de grandes mercados consumidores para o açúcar nas regiões conquistadas nas Índias.
- (C) os investimentos diretos feitos pelos banqueiros ingleses nos engenhos nordestinos, a ampla utilização da mão de obra indígena durante os séculos XVI e XVII e os acordos com os franceses para a distribuição do açúcar pela Europa.
- (D) os capitais acumulados ao longo do século XVI com a exploração de metais preciosos nas colônias africanas, a extrema qualidade das terras de origem vulcânica do Planalto Paulista e a migração espontânea de camponeses de Portugal.
- (E) o conhecimento de técnicas de produção pelos portugueses, a capacidade de criação de um mercado consumidor e a possibilidade de financiamentos dos flamengos e a disponibilidade de mão de obra escrava africana.

56. A mestiçagem, signo sob o qual se formou a etnia brasileira, resulta da excepcional capacidade do português em se cruzar com outras raças. É a uma tal aptidão que o Brasil deveu a sua unidade, a sua própria existência com os característicos que são os seus. (...)

Teria contribuído para aquela aptidão o trato imemorial que as populações ocupantes do território lusitano tiveram com raças de complexão mais escura. Essa extremidade da Europa foi sempre, desde os tempos pré-históricos, um ponto de contato entre as raças brancas desse continente e aquelas outras cujo centro de gravidade estava na África.

(Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia)

Para Caio Prado Júnior, outro importante fator da mestiçagem brasileira

- (A) foi o incentivo oficial, oferecido pela Igreja Católica, para que os colonos se casassem com as nativas, como parte de um processo de catequização dos povos indígenas em contato com os colonizadores.
- (B) foi o encontro entre as práticas culturais indígenas e as dos primeiros colonos portugueses na América, porque para ambos as ligações amorosas geravam maiores possibilidades de sobrevivência.
- (C) foi a maneira como ocorreu a emigração portuguesa para a colônia, na qual o colono português emigra para o Brasil, normalmente, de forma individual, sem a presença de mulheres brancas.
- (D) foi a necessidade dos colonos portugueses em estreitar laços com algumas sociedades indígenas com o intuito de se proteger dos ataques de outras nações indígenas, inimigas dos colonizadores.
- (E) foram as leis brandas, presentes nas Ordenações Filipinas, que incentivavam todas as relações matrimoniais entre os colonos, nativos e africanos, objetivando o rápido povoamento do Brasil.

57. A emancipação política realizada pelas categorias dominantes interessadas em assegurar a preservação da ordem estabelecida, cujo único objetivo era romper o sistema colonial no que ele significava de restrição à liberdade de comércio e à autonomia administrativa, não ultrapassaria seus próprios limites.

(Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*)

Sobre os “próprios limites” nos quais a autora faz referência, é correto afirmar que

- (A) a independência brasileira concretizou-se em uma conjuntura desfavorável para a economia do país, porque a produção cafeeira paulista perdia, progressivamente, o domínio sobre os mercados europeu e norte-americano.
- (B) a abertura dos portos e a permissão para a produção de manufaturas fortaleceu um grupo de grandes industriais-comerciantes do Rio de Janeiro e enfraqueceu os projetos colonialistas das elites portuguesas.
- (C) as condições econômicas favoráveis do Brasil, em função da produção de açúcar e algodão da Bahia e de Pernambuco, foram decisivas para o rápido rompimento das relações coloniais com Portugal.
- (D) mesmo com a emancipação política do Brasil, a escravidão foi mantida e houve a continuidade da dependência de uma estrutura colonial de produção, com a passagem da dependência portuguesa para a tutela britânica.
- (E) o longo processo de emancipação política gerou destaque para a atuação política das elites nordestinas, o que conferiu às ricas capitanias dessa região a hegemonia política do Brasil independente.

58. A extinção da escravatura foi encaminhada por etapas até o final, em 1888. A maior controvérsia quanto às medidas legais não ocorreu em 1888, mas quando o governo imperial propôs a chamada Lei do Ventre Livre, em 1871. (...) O projeto partiu de um gabinete conservador, presidido pelo Visconde do Rio Branco, arrebatando desse modo a bandeira do abolicionismo das mãos dos liberais.

(...)

As posições dos deputados em torno do projeto afinal aprovado são bastante reveladoras. Enquanto os representantes do Nordeste votaram maciçamente a favor da proposta (39 votos a favor e 6 contra), os do Centro-Sul inverteram essa tendência (30 votos contra e 12 a favor).

(Boris Fausto, *História do Brasil*)

A forma como o resultado foi obtido pode ser explicado, em parte,

- (A) pelas recorrentes rebeliões de escravos ocorridas no Nordeste durante o século XIX e que atemorizavam os proprietários rurais, que acreditam na iminência de uma conflagração de grandes proporções.
- (B) pelos novos projetos desenvolvidos no vale do Paraíba, com a direção dos grandes cafeicultores, que iniciavam a substituição dos trabalhadores escravos pela mão de obra imigrante europeia.
- (C) pelo surto industrial, a partir da extinção do tráfico negreiro, ocorrido no Centro-Sul, que recebeu benefícios diretos da disponibilidade de capitais e da necessidade de mão de obra livre e assalariada.
- (D) pela pouca importância que a exploração da mão de obra compulsória exercia sobre as atividades econômicas vitais do país, caso do café no Oeste Paulista e do açúcar na província do Rio de Janeiro.
- (E) pelo fato de que o tráfico interprovincial, que transferia escravos do Nordeste para a região cafeeira, vinha diminuindo a dependência nordestina com relação à mão de obra escrava.

59. Rio de Janeiro: novembro de 1904. A divulgação do projeto de regulamentação da lei que tornara obrigatória a vacinação antivariólica transforma a cidade em praça de guerra. Durante uma semana, em meio a agitações políticas e tentativa de golpe militar, milhares de pessoas saem às ruas e enfrentam as forças da polícia, do exército e até do corpo de bombeiros e a marinha. O saldo da refrega, segundo os jornais da época: 23 mortos, dezenas de feridos, quase mil presos, sendo que centenas destes enfrentariam um breve “estágio” na ilha das Cobras e, em seguida uma viagem sem regresso para o Acre.

(Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*)

A Revolta da Vacina também esteve relacionada com

- (A) as transformações urbanas radicais por que passava a capital do país a partir do fim do século XIX.
- (B) um movimento de rebeldia de jovens oficiais das Forças Armadas, que combatiam as fraudes eleitorais.
- (C) a criação do Imposto do Selo, que imediatamente encareceu os gêneros de primeira necessidade.
- (D) a grande crise econômica, com forte desemprego e inflação, derivada do fracasso do Encilhamento.
- (E) a violência praticada pelos moradores do Rio de Janeiro contra os novos imigrantes que chegaram após o fim da escravidão.

60. O presidente vinha administrando o país sem contar com uma base política de apoio. O PSD e o PTB dominavam o Congresso; Lacerda passara-se para a oposição, martelando suas críticas ao presidente com a mesma veemência com que o apoiara. A UDN tinha várias razões de queixa. O presidente agia praticamente sem consultar a liderança udenista no Congresso. Além disso, a política externa independente, assim como a simpatia presidencial pela reforma agrária, causava preocupações.

(Boris Fausto, *História do Brasil*. Adaptado)

No excerto, há referências diretas ao presidente

- (A) Café Filho.
- (B) Castelo Branco.
- (C) Jânio Quadros.
- (D) João Goulart.
- (E) Juscelino Kubitschek.

